

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUC^Viva

Nº 999 - 29/8/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

A decisão da reitoria em suspender a penalização de seis professores da Faculdade de Ciências Sociais mostra como a ação coletiva dos docentes é capaz de enfrentar atitudes arbitrárias contra docentes que simplesmente atuam no sentido de ministrar condignamente suas disciplinas.

No início deste semestre seis professores da Faculdade de Ciências Sociais foram intimados a comparecer na Divisão de Recursos Humanos (DRH) para receber uma advertência por terem lançado notas a um aluno supostamente em situação irregular.

Imediatamente a direção da Faculdade de Ciências Sociais contestou a decisão considerando que "o coordenador do curso de Ciências Sociais justificou a solicitação de notas e frequência aos professores com base na informação segundo a qual a matrícula acadêmica encontrava-se em processo de regularização junto à SAE, conforme prova o documento encaminhado por aquela secretaria descrevendo a solicitação havida em 14/5 e apreciada em 23/9/2015."

Alunos e professores da Faculdade também se manifestaram apontando o erro em que a reitoria cairia ao decidir pela punição.

Após estas manifestações a reitoria recuou e decidiu aceitar o pedido da direção de Ciências Sociais. Por outro lado, o episódio deixou claro dois pontos fundamentais de nosso cotidiano. Em primeiro lugar denota mais uma vez uma política mercantilista e punitiva da reitoria, que se iguala às instituições de

RECUO DA REITORIA MOSTRA FORÇA DA AÇÃO COLETIVA

ensino que pululam pelo país e que fazem do lucro a sua única razão de existência.

Mas, mais do que isto, a retirada da punição mostra-nos que só a força da ação conjunta de professores e estudantes é capaz de demover a direção da universidade de suas posições punitivas que só militam contra a verdadeira PUC-SP que todos nós por décadas temos construído.

TURMAS FECHADAS

Mas não é só essa punição que faz do início do semestre um pesadelo para os professores e estudantes: as dificuldades que alguns alunos encontram em saldar suas dívidas com a instituição acabam inviabilizando a continuidade ou abertura de novas disciplinas. Segundo dados divulgados nas últimas semanas, perto de mil estudantes fizeram

a matrícula acadêmica, mas ainda não haviam viabilizado a sua efetivação financeira.

A universidade procurava entrar em contato com estes alunos, mas, enquanto o pagamento não se efetuava, diversos professores recebiam a malfadada carta pedindo para que comparecessem à DRH para reduzirem seu contrato de trabalho, pois sua turma não iria funcionar.

Esse procedimento, muitas vezes, foi motivado apenas pela ausência de um ou dois alunos pagantes, o que, segundo deliberação do Consad, é um motivo suficiente para a não abertura da turma. E o pior de tudo é que, quando a turma recebe o estudante que completa o seu número mínimo para funcionamento, o professor não recebe os dias letivos anteriores, mesmo que tenha entrado em sala de aula.

Da mesma forma, cursos com turmas que precisariam ser desdobradas, pois o projeto pedagógico assim previa, permanecem superlotadas acarretando em um enorme prejuízo didático.

AÇÃO COLETIVA

A APROPUC e diversas direções de faculdade têm encaminhado, também no sentido de que a data limite para a verificação do número de alunos matriculados seja mais flexível, permitindo que portadores de diplomas, transferidos ou prou-nistas possam entrar no cômputo final dos alunos matriculados. No entanto o que vemos hoje parece ser o afã de que a PUC-SP encolha, somente dando espaço àqueles cursos realmente lucrativos, o que se contrapõe ao verdadeiro sentido de uma universidade, capaz de abarcar um rol de cursos que façam dela um centro de excelência.

Nesse sentido é que a pronta ação da comunidade contra a punição dos docentes da Faculdade de Ciências Sociais mostra-nos o caminho a ser seguido para o enfrentamento desses problemas que tanto afligem docentes e estudantes: somente a mobilização conjunta desses segmentos poderá reverter esse drama que a cada semestre se repete na PUC-SP.

Por outro lado a APROPUC também coloca à disposição dos docentes sua assessoria jurídica para dirimir dúvidas e tentar reverter situações de injustiça flagrante contra os trabalhadores.

**FORA TEMER!
ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !
PELA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES!
CONTRA O AJUSTE FISCAL E DESTRUIÇÃO DE DIREITOS!
PREPARAR A GREVE GERAL!**

FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Funcionários e professores elegem nova representação da CIPA

Na semana passada foi divulgado o resultado da votação de funcionários e professores para a nova direção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Nesta página divulgamos os resultados da votação que foi realizada nos campi Monte Alegre e Derdic. Os campi Consolação e Cogea não registraram candidaturas.

A CIPA, regulamentada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é um instrumento que os trabalhadores dispõem para tratar da prevenção de acidentes do trabalho, das condições do ambiente do trabalho e de todos os aspectos que afetam sua saúde e segurança. Pelo texto de regulamentação original, a CIPA

tem um presidente indicado pelo empregador e os demais membros indicados pelos trabalhadores da empresa. O mandato da CIPA é de um ano. Embora os funcionários administrativos da PUC-SP conduzam o processo de escolha dos integrantes da CIPA, os professores votam e podem também integrar os quadros da CIPA. O mandato dos integrantes da CIPA é de um ano e nesse período nenhum deles pode sofrer demissão arbitrária.

Maria Helena Borges Gonçalves foi a funcionária mais votada no campus Monte Alegre e, por isso, deverá ser a vice-presidente da CIPA no campus, já que o presidente será indicado pela direção da universidade.

Os novos integrantes da CIPA

Campus Monte Alegre

Nº VOTOS	NOMES	SETORES
101	Maria Helena Gonçalves S.Borges	SAE
089	Rosilaine Gomes Ferrari	Pós em Contábeis
024	Rodrigo Mariano Costa	PAC
021	Adriano Maia de Lima	Direção de campus
018	Maurício Carlos B. de Melo	DSAS - Compras
013	Edevaldo Gomes Júnior	SABE
013	Edilanio Antonio de Macedo	Contabilidade Societária

Derdic

Nº VOTOS	NOMES	SETORES
012	Waldyr Malvesi de Haro	SAAD
004	Reginaldo Ullysses Iório	SAAD
004	Marcelo Avelino da Silva	Supervisão Financeira
004	Talita Alves Gardin Ratão	DIPLAD

Respostas ao PUCviva

Diferente do que diz o artigo "Audiência pública contesta segurança da universidade" (PUCviva nº 998), a universidade não se calou frente à divulgação de denúncias de assédio no entorno do campus Monte Alegre. A pró-reitoria de Cultura e Relações Comunitárias respondeu aos veículos da grande imprensa que procuraram a PUC-SP para abordar a violência contra alunas nas ruas de Perdizes. A pró-reitoria também disponibilizou setores para atendimento e acolhimento de situações dessa natureza, contatou órgãos do poder público responsáveis pela segurança e infraestrutura nas vias públicas e se uniu

a outras universidades que passam pelos mesmos problemas.

Além disso, o assunto foi abordado na sessão ordinária do Conselho Universitário (Consun) de maio; no mesmo mês, a professora Anna Maria Marques Cintra, reitora e presidente do Conselho de Administração, nomeou comissão que, desde junho, e dentro do espírito de transparência e discussão pública sobre a convivência no ambiente universitário, tem realizado audiências abertas para ouvir a comunidade sobre segurança, assédio, discriminação, preconceito e violência. Embora a comissão ainda esteja realizando

os encontros, o grupo já sugeriu que o Consun avalie a possibilidade de a PUC-SP assumir, em nome de toda a universidade, as "Diretrizes sobre assédio moral, sexual, discriminação e desigualdade" - aprovadas pela Faculdade de Direito em outubro de 2015 e lançadas em março deste ano. A comissão ainda disponibilizou os endereços de dois de seus membros para envio de denúncias, anônimas ou não. Ao final dos trabalhos, a comissão deverá produzir relatório sobre as audiências, com propostas para essas situações.

Já sobre o artigo "Reitoria recua e retira punição

de professores", a direção da universidade esclarece que a determinação de não aplicar as advertências se baseou na constatação de que não houve lançamento de notas no prontuário do requerente, uma vez que ele não estava matriculado. Quando tal decisão foi tomada, nenhuma manifestação havia chegado à reitoria.

Por fim, quanto à nota "Publicação preocupa comunidade puquiana": reiteramos que o relato sobre a reunião do Consun foi retirado da página "Vizinhos da PUC", no Facebook, e não corresponde à verdade.

A Reitoria

Cláusula de barreira: mais uma ameaça à democracia

Na segunda-feira, 22/8, a candidata do PSOL à prefeitura de São Paulo, juntamente com outros candidatos de pequenos partidos, foram impedidos de participar do debate na TV Bandeirantes. Da mesma forma os candidatos Marcelo Freixo (PSOL-RJ) e Ciro Garcia (PSTU-RJ), Altino Prazeres (PSTU-SP) e Henrique Áreas (PCO-SP), tiveram suas participações vetadas em debates. O motivo foi a aplicação da chamada Cláusula de Barreira: a mini reforma eleitoral de 2015 (Lei 13.165), comandada por Eduardo Cunha, que dificultou a criação de mais partidos e estabeleceu uma cláusula de barreira de equivalente a 10 deputados federais para que determinadas ações desses partidos, como a participação em debates, se viabilize.

No caso do debate de segunda-feira a participação de Erundina e demais candidatos de pequenos partidos estava condicionada à aceitação de 2/3 dos candidatos "qualificados". Porém, Marta Suplicy, João Dória e o Major Olímpio vetaram a presença de outros concorrentes.

Os pequenos partidos políticos têm criticado a legislação que impôs a cláusula de barreira alegando fundamentalmente a inconstitucionalidade de uma reforma que ao entrar em vigor encontra um número consolidado de representantes por bancada, sem que nenhum partido possa modificá-lo.

O STF julgou nos dias 24 e 25/8 o pedido de inconstitucionalidade da lei solicitado por vários partidos que não atingiam os 10 deputados eleitos. A corte

mantve o texto original sobre a representação de 10 deputados, mas aprovou uma cláusula segundo a qual as emissoras de rádio e TV poderão incluir no rol dos convidados partidos com menos de 10 representantes, sem que os demais partidos sejam consultados. Assim, o poder discricionário da lei passa agora também às todas poderosas redes de comunicação que poderão a seu bel prazer, convidar ou não os candidatos minoritários.

A APROPUC entende que a manutenção da cláusula de barreira é um ataque direto à já tão fragilizada democracia brasileira. Em um país onde as conquistas eleitorais são determinadas fundamentalmente pelo poderio econômico, os pequenos partidos, que não contam com recursos financeiros e não desfrutam de

grandes patrocínios eleitorais (muitas vezes viabilizados através de propina), ficam ameaçados de extinção, enquanto os grandes partidos, representantes da burguesia, se fortalecem cada vez mais. Por outro lado delegar poder às redes de comunicação que também tiveram suas concessões intimamente vinculadas à barganha política é outra afronta ao eleitorado brasileiro.

O direito à livre expressão de ideias é consagrado pela constituição federal e não pode ser usurpado em nome do poder econômico. Os trabalhadores e a oposição de esquerda devem unir forças para combater mais esta ameaça que o governo golpista de Michel Temer tenta impor ao povo brasileiro.

Diretoria da APROPUC

APROPUC sedia encontro sobre desaparecidos políticos

Nesta semana, a APROPUC sedia o 2º encontro Memória Viva, com a temática dos desaparecimentos políticos produzidos pela ditadura militar no Brasil. Os encontros são organizados pelo Grupo de Estudos Filosofia Política Contemporânea, da PUC-SP, com apoio da Cruz Vermelha Internacional, APROPUC, Núcleo de Estudos História: Trabalho, Ideologia e Poder, Agência Maurício Tragtenberg, RedePUC e TV PUC.

No dia 30/8, terça-feira, será feita uma análise histórico-jurídica da "Operação Radar" pelos advogados Fabiana Borin, Thiago José Silva de Campos, Feli-

pe Ramos Musetti e Rodolfo Costa Machado. Além da exibição, seguida de debate, de "Crime sem Castigo", de Rosalina Santa Cruz, e "Uma Ilustre Família", de Beth Formaggini.

No dia seguinte haverá exibição e debate dos documentários: "A História Oculta" (vida e

militância de Orlando Bomfim, com direção de Orlando Bomfim Jr.), "Marca d'Água" (vida e militância de Elson Costa, com direção de Silvio Mieli), "Lua Nova do Penar" (vida e militância de Hiram Pereira, com direção de Leila Jinkings e Sidnei Pires), "Memórias de San-

gue" (vida e militância de Jayme Miranda, com direção de João Marcos Carvalho) e "Mané e Catirina" (depoimento de Aglaé Souza Costa, esposa de Elson Costa, com direção de alunos da Universidade Federal de Goiás). Os encontros acontecem das 18h30 às 22h.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba e Victoria C. Weischardt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Professores podem pedir correção da aposentadoria

A PUC-SP conta hoje com uma quantidade significativa de professores aposentados. Muitos continuam ativos por opção, em razão da paixão que nutrem pelo ambiente universitário ou pelo prazer que sentem em sala de aula. Mas outros não conseguem deixar a universidade porque precisam continuar trabalhando para complementar o valor de suas aposentadorias.

A verdade é que encontrar aposentado ou pensionista que recebe o teto previdenciário (atualmente na casa dos R\$ 5.189,82) é coisa rara. Mais comum é encontrar professores que ganhavam e ainda ganham salário acima do teto, mas que foram levados a se aposentar, às vezes de forma precipitada, antes de adquirir o direito ao benefício máximo, pressionados pelas ameaças de mudança no sistema previdenciário

ou pela necessidade de complementação de seus ganhos mensais. Para a grande maioria que recebe abaixo do teto a possibilidade de aumentar o valor do benefício, incluindo eventuais "atrasados" acumulados, pode representar uma substancial mudança de qualidade de vida.

Atenta a essa realidade, a APROPUC passa a oferecer aos seus associados, a partir de setembro, serviço de assessoria jurídica especializada na área previdenciária. Essa iniciativa permite aos professores aposentados e pensionistas a oportunidade concreta de conferir a possibilidade de revisão em seus benefícios.

A revisão depende da data de concessão do benefício, da quantidade e do valor das contribuições recolhidas, dentre outros aspectos que precisam ser previamente analisados

antes da adoção de qualquer medida. Para essa verificação inicial os professores interessados devem apresentar cópia de alguns documentos:

- * Carta de Concessão e Memória de Cálculo da Aposentadoria ou Pensão. Documento fornecido pelo INSS quando foi concedido o benefício;

- * Extrato do valor atualmente pago pelo INSS. Pode ser extraído do site do INSS (www.previdencia.gov.br);

- * CNIS de vínculos e remunerações. Pode ser obtido em qualquer agência de atendimento do INSS, independentemente de agendamento pelo telefone 135. Caso encontre dificuldade, opte pelo agendamento eletrônico acessando <http://www.mtps.gov.br/agendamento-previdencia>. Correntistas do Banco Brasil podem obter essa informação no Internet

Banking, na guia "Extrato - Previdência Social";

* Se necessário, outras informações ou documentos serão solicitados.

Nesta fase inicial o material será conferido e em seguida os professores interessados receberão um parecer indicando o cabimento ou não de eventual pedido de revisão, devidamente fundamentado.

Como essa análise será realizada por um perito externo, existe um custo de R\$ 200 para a emissão de cada parecer, que deverá ser assumido diretamente pelo professor interessado.

Os professores interessados podem providenciar a documentação necessária e agendar atendimento na secretaria da APROPUC a partir da próxima semana, por intermédio dos telefones (11) 3865-4914 ou (11) 3872-2685.

APROPUC pede reabertura do processo sobre o pagamento dos 7,66%

A APROPUC entrou com um pedido de revisão da decisão que promoveu o arquivamento do processo movido contra o Sinpro-SP com relação aos valores repassados aos professores da PUC-SP pelo Sinpro-SP.

A denúncia que desencadeou a instauração do Inquérito teve o propósito de noticiar ao Ministério Público do Trabalho a grave

lesão a direitos de grupo de professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Em 2014 a PUC-SP firmou acordo com os professores, representados pelo Sinpro-SP, para o pagamento da dívida referente ao não recebimento dos 7,66% de reajuste salarial, devidos desde 2004.

Após diversas tratativas

chegou-se a um acordo final em que a universidade pagaria aos docentes a dívida contraída, no valor de R\$ 30 milhões, pagos em 120 parcelas mensais.

O texto do acordo previa que seria "de única e exclusiva responsabilidade da reclamada o pagamento de todos os eventuais impostos, taxas e contribuições porventura incidentes

sobre o acordo".

Porém, quando do início do pagamento dos valores o Sinpro-SP alegou que estaria descontando uma parte relativa ao INSS. Depois de alguns meses de tramitação o Ministério Público entendeu pelo arquivamento do processo, fato com o qual a APROPUC não concorda e, neste momento, solicita revisão.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Movimentos sociais lançam manifesto contra Temer

A Frente Povo sem Medo, formada por diversas organizações e movimentos sociais, divulgou um manifesto contra o governo interino de Michel Temer, que é classificado como o mais perigoso aos trabalhadores brasileiros na história recente do país.

“Isso significa que a grande tarefa das forças populares é derrotar este governo e, com ele, o golpe. A Frente Povo Sem Medo entende que, diante de um governo biônico e com uma pauta de duros retrocessos, o povo deve ser chamado a decidir. Neste sentido, a proposta de um plebiscito sobre a antecipação ou não das eleições, defendido mais de uma vez pela própria presidenta Dilma, pode ser uma bandeira aglutinadora para somar mais forças na luta contra o golpismo”, afirma o texto.

O manifesto defende

também uma profunda reforma política e se posiciona contra os retrocessos e ataques aos trabalha-

dores que o governo interino pretende colocar em prática, como a reforma da previdência.

PLS que prejudica economia do País está na pauta do Senado

Está na pauta, no plenário do Senado Federal, o PLS 204/2016 (de autoria do então senador José Serra) que visa “legalizar” o esquema de geração de Dívida Pública por meio de empresas não dependentes que emitem debêntures.

A PEC 241/2016 (que pretende colocar no texto da Constituição Federal o congelamento dos gastos sociais por vinte anos) reserva recursos públicos para aumento de capital para essas empresas não dependentes.

A relação do dano aos trabalhadores e a toda sociedade por meio da PEC

241 está diretamente relacionado a esse PLS 204.

O movimento de Auditoria Cidadã da Dívida enviou uma breve análise do PLS aos senadores e senadoras, deixando claro que se o projeto for aprovado, implantará no Brasil o esquema financeiro que destruiu a economia europeia.

O texto pede ainda que o PLS não seja aprovado, para que os senadores e senadoras não apoiem essa prática, chamada pelo movimento de “completamente ilegítima”.

A APROPUC se posiciona contra mais esta ameaça aos trabalhadores

Ocupação Esperança segue ameaçada por despejo

Há algumas semanas, a Prefeitura de Osasco determinou o despejo em até 90 dias dos moradores da Ocupação Esperança. Na última terça-feira, a ocupação completou três anos de existência, composta pela história e luta de 500 famílias que construíram casas, escolas, barracões de reunião, praças, vielas, além de organizarem politicamente a população.

De acordo com o Movimento Luta Popular, os governos não fizeram nada para resolver e atender o problema de moradia dos moradores da Esperança. Hoje, esgotadas as possibilidades de negociação junto ao dono do terreno na justiça e sem que uma alternativa habitacional tivesse sido construída pela Prefeitura, foi determinado o despejo.

No dia 27/8, aconteceu uma grande festa de aniversário que marcou a resistência da ocupação durante esses três anos.

Fórum Estadual discute direitos de crianças e adolescentes

Estão disponíveis as atas do último Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo. Os encontros foram realizados em 23 de julho e 20 de agosto deste ano e discutiram diversas pautas, como a organização do Encontro Nacional da Frente Contra Redução e a avaliação de diversos atos realizados pela entidade. Também foi informado o lançamento Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, que acontece nesta segunda-feira (29/8) na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Chile vai às ruas contra privatização da previdência

Os chilenos voltaram a sair às ruas na semana passada para protestar contra o sistema privado de aposentadorias. O grito NÃO AFP (Administradoras de Fundos de Pensão) ecoou forte nas ruas de todo o país, nas diversas regiões, províncias e cidades. Segundo os organizadores, 1.500.000 pessoas tomaram as ruas.

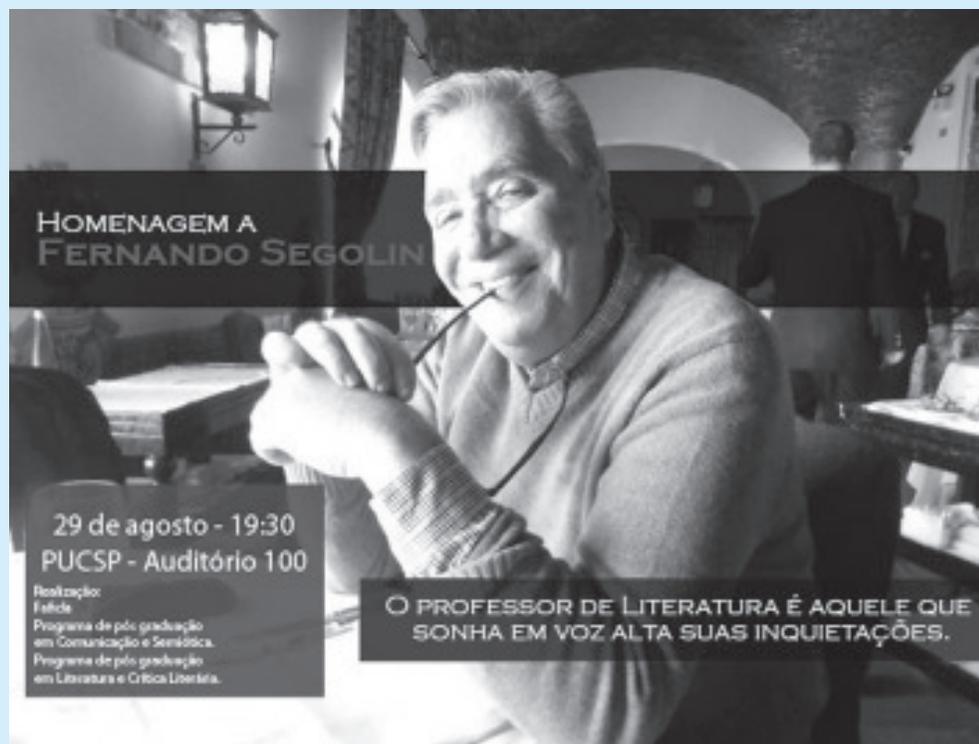
O sistema conhecido com o nome de Adminis-

tradoras de Fundo de Pensão (AFP), foi imposto em 1981 pela ditadura de Augusto Pinochet. O sistema de AFP desenhado por Pinochet e vigente até hoje, obriga os trabalhadores a deixarem compulsoriamente 10% de seus salários com as empresas privadas de administração de pensões durante todo seu tempo de trabalho.

Durante esses mais de

30 anos de existência de previdência privada, os chilenos denunciam que as administradoras ficam com os lucros enquanto a maioria dos aposentados recebem aposentadorias miseráveis, ainda menores que o salário mínimo. Atualmente, no Brasil, enfrenta-se um desafio parecido e os trabalhadores seguem se organizando contra esse ataque dos governos.

ROLA NA RAMPA



PUC homenageia Fernando Segolin

No dia 29/8, a PUC-SP realiza uma homenagem a Fernando Segolin, professor de Literatura da universidade, falecido em ju-

lho deste ano. O evento acontece no auditório 100 e é realizado pela Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Faficla, Pro-

grama de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica e Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária.

Professor ministra palestra sobre momento econômico

O professor Dr. Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Faculdade de Economia e Administração da PUC-SP, ministrará esta semana uma palestra sobre o momento atual da economia brasileira no Sindicato dos Economistas (Sindecos-SP).

O encontro acontece no dia 30/8, terça-feira, às 19h. O sindicato fica na Rua Almirante Pereira Guimarães 211, no bairro do Pacaembu. A participação é livre e maiores informações poderão ser obtidas através do telefone 3872-9880.

Chamada de reunião sobre novo regime fiscal

No dia 5/9, segunda-feira, o grupo de pesquisa Política para o Desenvolvimento Humano, do Departamento de Economia da PUC-SP, realiza uma nova

reunião. A discussão será sobre o novo regime fiscal - PEC 241 e outras iniciativas. O encontro acontecerá às 11h30, na sala 137.

Mesa redonda sobre afetividade e sexualidade na ótica do Papa Francisco

Nesta segunda-feira, 29 de agosto, a PUC-SP sediará a mesa redonda "Afetividade & Sexualidade na ótica do Papa Francisco". O evento acontece às 19h30, no auditório 239 do prédio novo da PUC-SP. A realização do evento ficou por conta da Cátedra da Família André

Franco Montoro, com apoio da Pastoral Universitária da PUC-SP e do grupo de pesquisa "A Relação Pessoa-Família como Fundamento Construtivo da Vida Social e Religiosa em Família". As inscrições poderão ser feitas através do link: <http://goo.gl/eINfi0>

Lançamento de livro sobre Direito Internacional

No último dia 23/8, terça-feira, aconteceu o lançamento do livro que é a versão revista e complementada da tese de doutorado de Elaine Cristina Gonzaga

da Silva, "Direito Internacional em Expansão: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente" (Editora Saraiva).

Semana de recrutamento

Nos próximos dias, acontece a 15ª Semana de Recrutamento da PUC-SP, um momento para os estudantes entrarem em contato com importantes nomes do mercado de trabalho. O evento acontece nos dias 30 e 31 de agosto no cam-

pus Perdizes, das 9h às 12:30 e das 18h às 21:30, no Prédio Novo. Dia 1 de setembro o recrutamento será no Campus Consolação, no mesmo horário. Vale ressaltar que o evento é gratuito e aberto para toda a comunidade puquiiana.

Jornada do Patrimônio na PUC

Nos dias 27 e 28 de agosto, aconteceu a Jornada do Patrimônio, que realizou visitas e exposições em monumentos e prédios históricos da cidade de São Paulo. A PUC-SP foi um dos pontos de visita no bairro

Perdizes. O roteiro visitou o Teatro TUCA, contou sua história e também a história da universidade. O projeto também realizou uma exposição fotográfica em memória dos 70 anos da universidade.